

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.139 - MG (2019/0169952-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **ROBERTO ALVES CARDOSO (PRESO)**
ADVOGADO : **LUIZ CÁSSIO PEREIRA RIBEIRO E OUTRO(S) - MG063010**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Roberto Alves Cardoso**, preso em flagrante delito no dia 8/4/2019, enquanto transportava num caminhão com destino a Vitória/ES, 500 kg de maconha, e cuja prisão foi convertida em preventiva (Autos n. 0022382-34.2019.8.13.0567, da Vara Criminal da comarca de Sabará/MG).

Ataca-se o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.044720-1/000, pretendendo-se a imediata concessão da liberdade ao recorrente. Para tanto, argumenta-se, em síntese, que o recorrente é primário, possui residência fixa, profissão definida, ocupação lícita, não tem antecedentes criminais; que não há prova de que a substância apreendida seja de propriedade do recorrente; que não há prova de que o recorrente sabia da existência da droga na carroceria do caminhão que dirigia; que também não há prova de que o recorrente estivesse praticando qualquer ato típico elencado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006; e que, em caso de condenação, o recorrente será beneficiado com a causa especial de redução de pena, assim ele está sendo submetido a um regime mais rigoroso do que eventualmente lhe seria aplicado.

Não há contrarrazões.

É o relatório.

Aparentemente, não há ilegalidade a ser sanada na espécie. Segundo o acórdão ora impugnado, *havendo indícios de autoria e de materialidade, apreendendo-se sugestiva quantidade de droga, presente está o pressuposto da ordem pública, sendo a prisão medida que se impõe* (fl. 104). Tal compreensão encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Sobre o tema, por exemplo, este recente julgado da Sexta Turma: HC n. 503.052/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe 10/6/2019.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo *a quo* a respeito da ação penal vinculada aos Autos n. 0022382-34.2019.8.13.0567, bem como sobre a atual situação de **Roberto Alves Cardoso**. Deve a autoridade informar o número do processo e se persiste a custódia cautelar dele.

Depois de prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

